

José Serra diz que todas as sugestões serão analisadas com atenção nas subcomissões

Francisco Dornelles quer partilha que dê a regiões mais carentes maiores receitas

10 MAI 1987

# Subcomissões estudam quase mil idéias para reforma tributária

JORNAL DO BRASIL

McC p 29  
economia

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — Nas quase mil propostas de reforma tributária que chegaram até sexta-feira — último dia para recebimento de sugestões — às subcomissões que tratam do assunto na Constituinte, é possível prever que o país terá, no próximo ano, um sistema tributário descentralizado, com mais recursos para os estados e municípios, com menos privilégios fiscais e maior rigor na fiscalização do orçamento da União. Para demonstrar seriedade, os 58 parlamentares responsáveis pela elaboração do projeto já entraram em consenso em pelo menos uma questão, que há anos vem gerando polêmicas e sendo alvo e crítica de toda a sociedade: o fim da isenção fiscal para parlamentares, juizes e militares.

— É preciso dar o exemplo — argumenta o relator da subcomissão de tributos, participação e distribuição de receita, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), endossado pelo relator da comissão do Sistema Tributário, José Serra, que afirma que quem não está satisfeito com o salário deve procurar aumento através de outros meios, não pela isenção de Imposto de Renda.

Mas nem tudo é consenso, e a grande polêmica deve se centralizar na distribuição de receita entre estados, municípios e União. A reforma tributária vai realizar o grande sonho dourado de prefeitos e governadores, que passarão a ter mais recursos, pondo fim a uma filosofia centralizadora de receita, instituída em 1965, que permitia ao governo federal manter controle sobre os políticos através da concessão de recursos a quem o apoiasse. Com a mudança desta estrutura, surge um outro lado da questão: a briga para definir quem fica com a maior parte do bolo.

**Divisão do bolo** — Para ter uma idéia, um deputado chegou a propor que 35% da receita tributária anual fosse destinada, durante 15 anos, ao desenvolvimento da região nordeste. As outras regiões teriam que se contentar em dividir 65% da arrecadação entre si e também com a União, que teria que ter uma participação.

Para o presidente da comissão do

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado Francisco Dornelles (PFL-MG), que antes de ser ex-ministro da Fazenda é ex-secretário da Receita Federal, "a comissão deve apresentar um sistema de partilha de receita que permita uma maior distribuição de recursos para as regiões mais carentes". Também o deputado José Luiz Maia (PDS-RJ), relator da subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, acha que o orçamento deve considerar a renda *per capita* de cada região para definir a distribuição de recursos, mas garante que "nenhuma região sairá prejudicada".

Se há aumento de receita, no entanto, uma coisa é certa: haverá aumento de encargo correspondente. "Ninguém quer quebrar a União, que não vai poder suportar uma redução da sua receita sem que muitos dos encargos sejam transferidos para os estados e municípios", argumenta o deputado José Serra.

Os deputados que trabalham na elaboração do projeto de reforma tributária, também terão que decidir sobre uma outra grave e importante questão: a vinculação de receita, sugerida pela grande parte dos projetos encaminhados à subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receita. Hoje, apenas 20% da receita são vinculados, isto é, percentuais definidos para aplicação em determinados setores como saúde, educação e incentivos fiscais.

**Propostas** — Se a Constituinte fosse acatar todas as propostas de vinculação de receita — que vão desde o aumento do percentual para a educação, à destinação de meio por cento da receita para construção de navios para a fiscalização da Amazônia e de 3% para o reaparelhamento das Forças Armadas — mais de 150% da receita já estariam comprometidos. "Se considerarmos que as receitas vinculadas se referem a todos os gastos do país, é de se imaginar que para atender a todas as necessidades mais de 300% da receita teriam que estar vinculados", explica Serra.

Mas, tanto os presidentes como os relatores da comissão e das subcomissões, estão convencidos de que a vinculação da receita não é o melhor caminho. O deputado Francisco

Dornelles, por exemplo, acha que não deveria haver nenhuma vinculação "porque isto fere os princípios de técnicas orçamentárias e prejudica as regiões e os setores que reivindicam esta vinculação". Isto porque, pode ocorrer do percentual exigido ser insuficiente.

Da idéia do deputado Dornelles também compartilham Serra, José Luiz Maia e Fernando Bezerra, que acham que, ao invés da vinculação, deve caber ao Congresso analisar e votar o orçamento, distribuindo a receita de acordo com as necessidades de cada setor ou região.

**Prazo** — Até o dia 22 de maio, quando se extingue o prazo para as três subcomissões — a de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, a de Orçamento e Fiscalização Financeira, e a do Sistema Financeiro — apresentarem os anteprojetos à comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, que se encarregará de fazer o projeto de reforma tributária —, muitas divergências irão surgir.

No centro das polêmicas estão a tributação sobre herança, um controle do Banco Central pelo Congresso, o fim de algumas isenções fiscais e um maior controle do Congresso sobre o orçamento geral da União. O relator das comissões de orçamento, deputado José Luiz Maia, por exemplo, defende que o Banco Central só possa emitir moeda ou conceder créditos a título de subsídio, através de autorização do Congresso. Também acha que o orçamento da União tem que ser discutido trimestralmente com o Congresso para ver se as metas estão sendo cumpridas.

Até o dia 22, estes parlamentares também serão alvo de muita pressão, tanto de prefeitos e governadores, como de órgãos interessados em manter seus benefícios.

O lobby vem sendo exercido de forma discreta sobre as subcomissões. A Suframa, que administra os incentivos para a Zona Franca de Manaus, enviou na semana passada um convite para todos os membros da Subcomissão de Tributos viajarem a Manaus para conhecer a Zona Franca. Um detalhe: todas as despesas serão pagas pelas empresas da Zona Franca.

## Assalariado pode deixar de pagar IR

BRASÍLIA — O contribuinte que tenha animais domésticos terá que pagar mais Imposto de Renda, se forem aprovadas todas as 350 propostas que chegaram à subcomissão de tributos. Em compensação, se ele tiver filhos adotivos, poderá dobrar o abatimento com dependentes. Mas o melhor, o melhor mesmo para todo contribuinte, é se for aprovada uma

única proposta: a de isentar de Imposto de Renda o trabalho assalariado.

Tudo indica também que, na Constituinte, existem muitos parlamentares com espírito religioso, tantas as propostas pedindo isenção de imposto para pastores de diversos cultos, ou para residências próximas a templos. O projeto de reforma tributária também teria que ter um artigo isentando de imposto os equipamentos médicos, paramédicos e odontológicos destinados às prefeituras.

Todas estas propostas, no entanto, por mais pitorescas, terão que ser analisadas pelas subcomissões, que, apesar do pouco tempo que têm para

apresentar um anteprojeto de reforma tributária à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, terão que dar parecer explicando sua aceitação ou rejeição.

O relator da Comissão, deputado José Serra, não tece qualquer comentário sobre estas propostas e, muito compenetrado, garante que todas as propostas, "absurdas ou não", serão analisadas.

— Todas as pessoas têm liberdade e direito de apresentar sugestões. Os que se sentirem prejudicados com a recusa da sua proposta poderão exigir que ela seja levada a votação — explicou.